

Guararema lidera ranking de desenvolvimento sustentável



Município conquista a melhor colocação da região no Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC-BR). De acordo com a avaliação, Guararema se enquadra no nível “médio” de desenvolvimento sustentável, com destaque “muito alto”, avaliado de 80 a 100 pontos nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de número 7 – Energia Limpa e Acessível; e 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.

PAG. 05



**Lipedema e Celulite
têm tratamento!**



O Velaryan é um equipamento exclusivo que, já na primeira sessão, reduz inflamações e gordura, melhora a circulação e alivia a dor do lipedema.

Ele estimula a circulação, diminui celulite, firma a pele, elimina toxinas e reduz retenção de líquidos tudo sem dor ou agulhas, com resultados rápidos e surpreendentes.

AGENDE SEU HORÁRIO!



Mariane Lobo
maison

A renda sobe, mas o sonho da casa própria se distancia

EDITORIAL

Os dados mais recentes do IBGE revelam um paradoxo que expõe as contradições do Brasil contemporâneo. O levantamento “Características gerais dos domicílios e moradores 2024” mostra que a renda média do brasileiro cresceu, as moradias estão mais equipadas e o acesso a serviços básicos como água, energia elétrica e saneamento evoluiu. No entanto, a realidade habitacional do país revela uma fragilidade estrutural: cada vez mais famílias dependem do aluguel.

Em oito anos, o percentual de brasileiros vivendo de aluguel saltou de 18,4% para 23%. Isso significa que 17,8 milhões de domicílios no país estão nessa condição, um crescimento de 45,4% em números absolutos. No mesmo período, a participação dos imóveis próprios e quitados caiu de 66,8% para 61,6%. Ou seja, o sonho da casa própria, símbolo de estabilidade e mobilidade social, está se tornando mais distante para milhões de brasileiros.

Esse movimento não pode ser explicado apenas pelo crescimento urbano e pela preferência por morar em regiões centrais. Ele é reflexo de um fenômeno mais profundo: a desigualdade no acesso à riqueza e à propriedade. Como apontou o analista do IBGE,

William Kratochwill, “nem todas as camadas sociais têm oportunidades para adquirir imóvel, precisando partir para o aluguel”. O resultado é uma sociedade onde a renda melhora, mas não se traduz em patrimônio.

É verdade que os indicadores de infraestrutura avançaram. A cobertura de energia elétrica atinge praticamente a totalidade dos domicílios; o acesso à água encanada é realidade para 86,3% das residências; e o saneamento básico avança, embora ainda de forma desigual, apenas 31,2% dos domicílios do Norte têm rede de esgoto ou fossa séptica, contra 90,2% no Sudeste. Também cresce a presença de eletrodomésticos, automóveis e outros bens de maior valor, sinalizando ganhos no consumo.

Mas a questão central permanece: se há mais renda e mais consumo, por que a moradia própria recua? A resposta está na combinação de inflação persistente, salários que não acompa-

nam o custo de vida e crédito imobiliário que ainda não é acessível para a maior parte da população. A alta concentração da demanda por imóveis nas grandes cidades pressiona os preços tanto de compra quanto de aluguel, ampliando a exclusão.

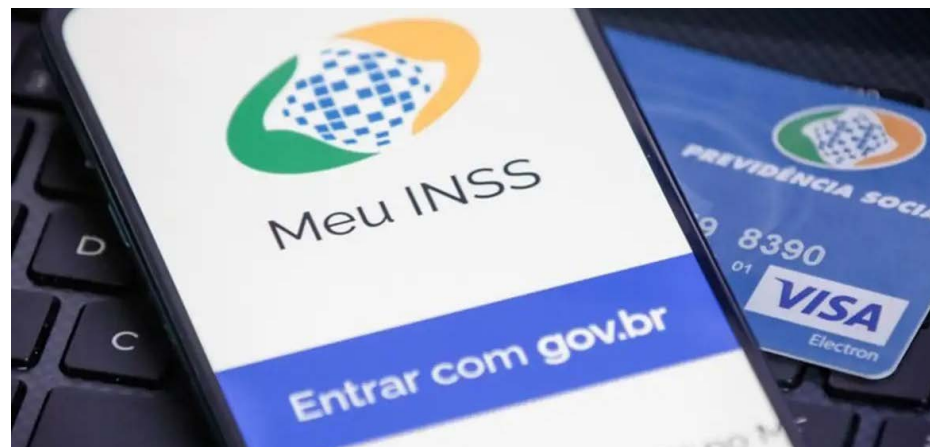
O Brasil de 2024 exhibe, assim, uma contradição: melhora em infraestrutura, mas retrocesso no acesso à propriedade. Se a renda se converte em eletrodomésticos e automóveis, mas não em teto próprio, a pergunta que precisa ser feita é: estamos priorizando o imediato em detrimento do futuro?

A política habitacional, neste cenário, precisa voltar ao centro do debate público. Não basta celebrar avanços na qualidade das moradias se o direito de possuir um lar permanece fora do alcance de milhões. Um país que não enfrenta sua desigualdade patrimonial condena sua população a uma eterna dependência, e transforma o sonho da casa própria em privilégio de poucos.

IVAN DA CONCEIÇÃO PERRUT, portador do R.G. 32458589-5 e CPF 220.342.908-95 torna público que REQUEREU junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Agropecuário – SEMADA de Santa Isabel, o ALVARÁ AMBIENTAL, Licença para Movimentação de Terra e a Implantação de Sistema Isolado de Tratamento de Efluentes (Fossa Séptica) referente à implantação de uma RESIDÊNCIA UNIFAMILIAR, sito à Rua TANGARÁ, S/N Lote 07 – Quadra 11 – Residencial Terras Altas – Ouro Fino – Santa Isabel – SP, conforme previsto no Código de Meio Ambiente de Santa Isabel, Lei Complementar n 173, de 19 de dezembro de 2014. São Paulo, 20 de AGOSTO de 2025.

Prova de Vida já foi feita por 90% dos beneficiários do INSS

GOVERNO ALERTA SOBRE RISCO DE GOLPE



O governo federal calcula que, em 2025, mais de 30,5 milhões de beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) validaram a prova de vida, procedimento anual que garante a continuidade dos repasses previdenciários.

O número corresponde a 90% dos que precisam fazer o procedimento de comprovação de vida para garantir a continuidade dos benefícios.

“Trata-se de um procedimento importante para evitar fraudes e pagamentos indevidos e, por isso, ocorre periodicamente”, justifica a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom).

A verificação costuma ser feita por meio de cruzamento de dados oficiais, o que possibilita, à maioria dos beneficiários, não ser necessária a ida ao banco ou mesmo o acesso ao Meu INSS para

manter o benefício ativo.

No caso de beneficiários não localizados pelo sistema automático, uma notificação exclusiva é enviada pelo banco responsável pelo pagamento do benefício.

ALERTA CONTRA GOLPISTAS: O governo alerta que há golpistas tentando enganar aposentados e pensionistas com ligações e mensagens falsas, ameaçando corte do benefício, solicitando dados pessoais ou até marcando falsos agendamentos.

O INSS não liga pedindo a realização da Prova de Vida nem envia mensagens por WhatsApp, SMS ou aplicativos, ameaçando o bloqueio imediato do benefício. Também não envia servidores às residências dos beneficiários para recolher documentos ou para fazer o procedimento de comprovação de vida.

“Desconfie de qual-

quer contato fora dos canais oficiais. Nunca informe dados pessoais, senhas ou documentos por telefone, mensagem ou para desconhecidos”, explicou a Secom.

MEU INSS E 135: Caso alguma dúvida persista, é possível, ao beneficiário, fazer consultas sobre a necessidade ou não de fazer a comprovação de vida por meio do aplicativo Meu INSS; e do telefone 135 (de segunda a sábado, das 7h às 22h).

Pelo Meu INSS, basta acessar o site ou aplicativo, fazer login com CPF e senha, e seguir as instruções para reconhecimento facial, caso seja solicitado. Procure então o serviço “Prova de Vida”. Se aparecer a data da última atualização, está tudo certo.

“Caso apareça a mensagem ‘Comprovação de vida não realizada’, será preciso regularizar a situação”, informou o Planalto.

EXPEDIENTE

Os textos assinados não refletem a opinião do jornal. Os anúncios são de responsabilidade dos anunciantes

DEUS SEJA LOUVADO!

AGORA NEWS

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA EM SANTA ISABEL, ARUJÁ E GUARAREMA
Endereço: Rua Mar Mediterrâneo, 110 - Vila Nova - Santa Isabel - SP
EDITOR RESPONSÁVEL: DAGNEI DOS ANJOS - MTB 64122SP
DAGNEI DOS ANJOS 28437509890 CNPJ: 40.669.516/0001-48 - EDIÇÃO SEMANAL



Telefone: (11) 4656-2247
www.jornalagoranews.com.br
E-mail: jornal@jornalagoranews.com.br

DGI

Programa de prevenção à violência doméstica e familiar contra mulheres

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

A Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES-SP) lançou, na última terça-feira (19), o Projeto de Prevenção da Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres, em parceria com o Ministério Público de São Paulo (MPSP) e o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP). O programa tem por objetivo enfrentar a violência de gênero, doméstica e familiar contra a mulher e seus filhos em todos os ciclos de vida.

A iniciativa, que prevê a adesão dos 645 municípios paulistas, será implementada por meio da Estratégia Saúde da Família (ESF) e demais serviços da atenção primária, fortalecendo a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher em todo o Estado.

“É um avanço muito grande e tem sido um projeto muito importante. A iniciativa reafirma mais uma vez o compromisso do Estado com as políticas públicas voltadas para as mulheres. Queremos alcançar os 645 municípios, em todo o território, mostrando que a saúde é também um espaço de acolhimento, de escuta e de prevenção da violência”, ressaltou a secretária executiva de Estado da Saúde de São Paulo, Priscilla Perdicaris.

Inspirado no Projeto Prevenção da Violência Doméstica e Familiar contra as mulheres, realizado pelo Ministério Público, o projeto fortalece as redes locais e regionais de enfrentamento à violência, por meio da capacitação dos agentes comunitários de saúde sobre o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra as mulheres.

“Foi firmado um termo de cooperação entre o Tribunal de Justiça de São Paulo, o Ministério Público do Estado de São Paulo e o Estado de São Paulo para o combate à violência doméstica e o atendimento, especializado, por parte da área e da rede de saúde pública. Temos a responsabilidade de fazermos o melhor para diminuir a violência no estado de São Paulo”, disse Flora Maria Nosi Tossi Silva, desembargadora e coordenadora da Coordenação da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça de São Paulo (Comesp).



A iniciativa piloto quer visitar todos os municípios do Estado de São Paulo, oferecendo treinamento e a distribuição de cartilha educativa em todas as residências que os agentes de saúde visitam.

“Estamos assumindo uma responsabilidade histórica para combater uma epidemia silenciosa. Hoje, ao lançarmos esse projeto, damos

mais um passo nesta caminhada, reafirmando que a vida das mulheres importa e que não aceitamos nenhum retrocesso”, afirmou Vera Lucia de Camargo Braga Taberti, subprocuradora Geral de Justiça Institucional, Civil e Tutela Coletiva (MPSP).

APLICATIVO: O aplicativo SP Mulher Segura, do Governo de São Paulo, é uma ferramenta gratuita que facilita o pedido de ajuda e o acesso a serviços de proteção para vítimas de violência

doméstica. Ele faz parte da rede de proteção à mulher do Governo de São Paulo, que ganha destaque durante o Agosto Lilás.

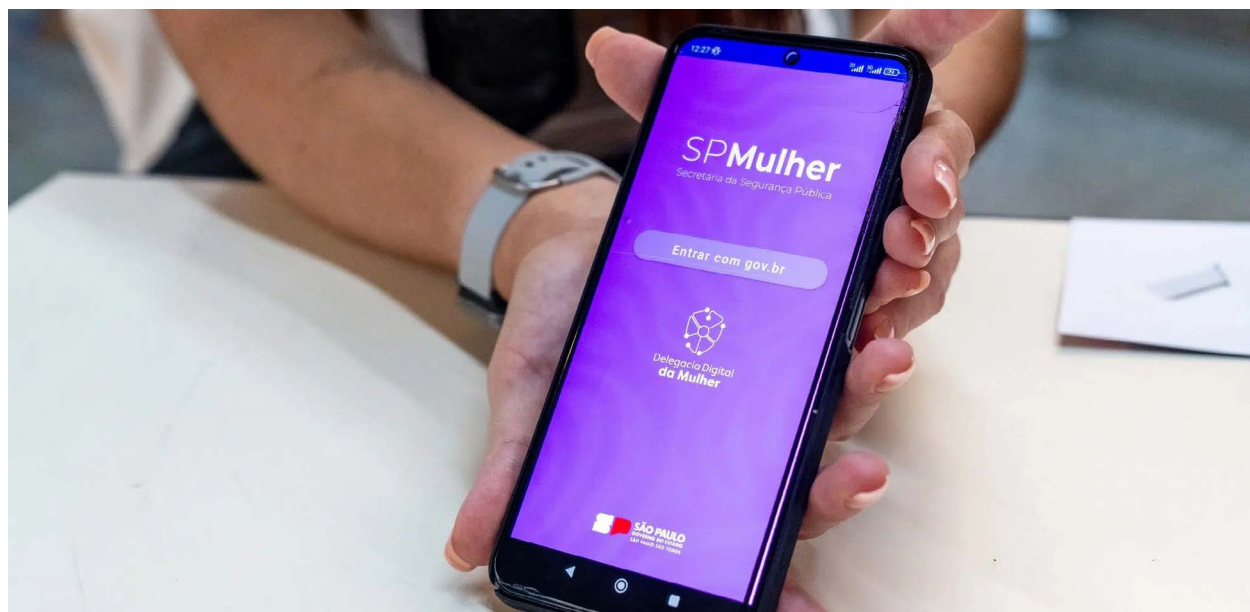
O aplicativo SP Mulher Segura permite o registro de boletins de ocorrência 24 horas por dia e foi desenvolvido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado. Outro diferencial da ferramenta é o botão do pânico, que pode ser acionado por mulheres com medidas protetivas que precisem de ajuda

imediata. O pedido é registrado pela central da Polícia Militar, que envia socorro ao endereço geolocalizado pelo app.

O número de pedidos de medidas protetivas ajuizadas em favor de mulheres no estado de São Paulo subiu em 2025: de janeiro a julho, foram registrados 67.990 pedidos, um aumento de 22,3% em relação ao mesmo período de 2024.

O aplicativo SP Mulher Segura está disponível para dispositivos iOS e Android gratuitamente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – Assembleia de Regularização
EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA ASSOCIAÇÃO CULTURAL “PROJETO PRIMEIROS PASSOS”
Nos termos do Estatuto Social, ficam convocados os associados da Associação Cultural “Projeto Primeiros Passos” para a Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 30/08/2025, às 19h00 em primeira chamada e às 19h30 em segunda chamada, na sede da entidade, situada em Estrada do Monte Negro, km 6,5, no Rancho Santa Bárbara, na cidade de Santa Isabel, estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Reconhecimento do período de inatividade entre 2014 e 2025 e deliberação sobre a reativação das atividades da associação; Eleição e posse da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal para o biênio 2025/2026; Assuntos gerais de interesse da associação. Santa Isabel/SP, 19 de agosto de 2025. MARCELO RODRIGUES Diretor Presidente



Médicos do trabalho lançam guia com cuidados para evitar adoecimento

DOCUMENTO FOI DISTRIBUÍDO PARA SINDICATOS, EMPRESAS E ÓRGÃOS PÚBLICOS

A Associação Nacional de Medicina do Trabalho (Anamt) lançou nesta quinta-feira (21) um guia com orientações sobre como cuidar da saúde no ambiente laboral. O documento foi distribuído, em formato digital, para sindicatos, empresas e órgãos públicos, e destaca a importância de encontros periódicos, não apenas no momento da admissão ou rescisão de contratos, com funcionários.

Segundo a entidade, em junho, mais de 330 mil brasileiros maiores de 18 anos de idade solicitaram ao governo federal afastamento das atividades profissionais. Desse total, 76% dos benefícios concedidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) foram motivados por doenças.

“Um número que se repete mês após mês, com pequenas variações, compondo um ciclo silencioso de alto impacto econômico e social”, avaliou a Anamt.

Os dados mostram que lesões por esforço repetitivo, dores lombares e doenças crônicas recorrentes ocupam o topo do ranking dos motivos de afastamento, seguidas por transtornos mentais e comportamentais.

O comunicado destaca uma “percepção equivocada” da atuação do médico do tra-



balho já que ela não passa, necessariamente, pelo diagnóstico de uma doença.

De acordo com a Anamt, a contribuição do médico do trabalho acontece, sobretudo, no campo da prevenção, seja identificando sinais e sintomas junto ao trabalhador e orientando sobre como proceder na sequência; seja apoiando empresas a criarem ambientes e práticas saudáveis capazes de reduzir os riscos de adoecimento.

GUIA: A publicação aborda questões que vão desde a relevância de exames ocupacionais como admissional, periódico e mudança de função até a necessidade de o trabalhador estar atento a detalhes do local de trabalho e da rotina para apontar eventuais proble-

mas que precisam ser corrigidos pelo empregador, incluindo a existência de riscos físicos, químicos, biológicos e ergonômicos, entre outros.

O guia alerta ainda para questões “aparentemente banais”, mas que podem desencadear quadros clínicos agudos ou graves, como exposição a variações de temperatura, ao som em alto volume e a produtos químicos, além de levantar peso excessivo ou fazer o mesmo movimento repetidas vezes, o que pode implicar em lesões na coluna e nos membros.

Outro destaque do documento diz respeito a máquinas sem proteção e à obrigatoriedade do uso de equipamento de proteção individual (EPI) indicado para cada função.

NÃO PASSE VERGONHA, **ECONOMIZE!**

Na Ultrafarma é muito mais barato!



COMPRE PELO
SITE OU APP



VISITE
NOSSAS LOJAS



ENTREGA EM
TODO BRASIL



2% OFF
NO PIX



ATÉ 5% DE CASHBACK
NO CLUBE SIDNEY OLIVEIRA



Guararema lidera ranking de desenvolvimento sustentável

ALTO TIETÊ



Guararema está na primeira colocação entre os municípios do Alto Tietê no Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR). Divulgado neste mês de agosto de 2025, o resultado de 57,35 pontos e 515ª posição no ranking nacional conquistado pelo município o coloca à frente de cidades vizinhas.

De acordo com a avaliação, Guararema se enquadra no nível “médio” de desenvolvimento sustentável, com destaque “muito alto”, avaliado de 80 a 100 pontos nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de número 7 – Energia Limpa e Acessível; e 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis, ambos definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) para a Agenda 2030.

Outras áreas bem

avaliadas, com nível “alto”, de 60 a 79,99 pontos, são correspondentes à Saúde de Qualidade (ODS 3), Educação de Qualidade (ODS 4), Água potável e saneamento (ODS 6), Ação climática (ODS 13), Paz, justiça e instituições eficazes (ODS 16) e Parcerias para a Implementação dos Objetivos (ODS 17).

“O resultado demonstra que estamos no caminho certo, com políticas públicas que valorizam tanto o crescimento da cidade quanto a preservação ambiental e a qualidade de vida dos moradores. Essa conquista é de todo o efetivo da Prefeitura de Guararema, mas também e principalmente de todos os guarareenses”, afirma o prefeito Zé.

Além de Guararema, outras cidades da região figuram no ranking, que considera

100 pontos possíveis e avalia 5.570 cidades brasileiras: Arujá (55,69 pontos), Salesópolis (55,48), Poá (53,60), Suzano (52,77), Mogi das Cruzes (52,28), Santa Isabel (52,04), Biritiba Mirim (50,24), Ferraz de Vasconcelos (49,44) e Itaquaquecetuba (47,84).

O IDSC-BR é uma iniciativa do Instituto Cidades Sustentáveis, em parceria com o Sustainable Development Solutions Network (SDSN), com consultoria do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) e cofinanciamento da Caixa Econômica Federal, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e da União Europeia. Todos os detalhes da avaliação de Guararema estão disponíveis em <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/profissionais/3518305/>.



Rua Antônio R. Barbosa, nº 60 - Centro - Arujá

CURSO
AUXILIAR E TÉCNICO EM
ENFERMAGEMMANHÃ ou NOITE
APENAS
R\$ 380,00
MENSAL
TARDE
APENAS
R\$ 310,00
MENSAL**PROMOÇÃO POR TEMPO LIMITADO****50%**
DE DESCONTO
NA MATRÍCULA!

☎ (11) 2502-6956 ☎ (11) 97063-2525

Rua Antônio Rodrigues Barbosa, nº 60
Centro - Arujá - SP

Diagnóstico tardio do câncer de colo de útero eleva custos no SUS

PESQUISA MOSTRA QUE DEMORA AUMENTA INTERNAÇÕES E ATENDIMENTOS

Um estudo sobre câncer de colo de útero indica que quanto mais tardio é o diagnóstico da doença, maiores são os custos para o Sistema Único de Saúde (SUS). Além de impactar a sobrevivência dos pacientes, descobrir o câncer em estágios avançados demanda mais internações e procedimentos médicos.

O alerta é de pesquisadores da MSD Brasil, empresa farmacêutica global que produz a vacina nonavalente contra o HPV disponível na rede privada. A imunização contra o HPV é a principal forma de prevenção do câncer de colo de útero e também está disponível gratuitamente no Sistema Único de Saúde, por meio da vacina quadrivalente. Ela protege contra os tipos do vírus mais associados ao câncer e é indicada para adolescentes de 9 a 14 anos.

Foram reunidas informações de 206.861 mulheres com mais de 18 anos, diagnosticadas com a doença entre janeiro de 2014 e dezembro de 2021. O estudo utilizou o DataSUS, base de dados pública vinculada ao SUS.

Nos dados analisados, o percentual das pacientes que preci-

saram passar por quimioterapia aumenta de acordo com o estágio em que o câncer é identificado, assim como a frequência de internações e visitas ambulatoriais por mês. O estudo reforça o tamanho do problema para o país, onde o diagnóstico em estágio avançado ocorre em 60% dos casos, segundo os pesquisadores.

Outro ponto levantado é o das disparidades sociais e econômicas relacionadas à doença. Até 80% das mortes ocorrem em países de baixa e média renda, como o Brasil.

O Instituto Nacional de Câncer estima que o Brasil registra cerca de 17 mil novos casos por ano. Segundo o estudo da MSD Brasil, a maioria dos diagnósticos deste tipo de câncer abrange mulheres não brancas, com baixa escolaridade, que dependem do sistema público de saúde (SUS).

“Como apenas uma minoria dos casos de câncer de colo de útero tem diagnóstico precoce no Brasil, este estudo destaca o alto ônus econômico para o setor de saúde pública, especialmente considerando os atrasos no diagnóstico. Portanto, reforça a necessidade urgente



de direcionar mais esforços para a prevenção e o rastreamento, à medida que avançamos em direção às metas de eliminação do câncer de colo de útero”, diz um dos trechos do estudo, ao avaliar os resultados.

Piora na pandemia O levantamento destaca o impacto da pandemia de Covid-19 no tratamento do câncer de colo do útero no SUS. A proporção de pacientes que realizaram apenas cirurgia foi de 25,8% em 2020, enquanto esse percentual era de 39,2% entre 2014 e 2019.

Além disso, houve redução de cerca de 25% nos procedimentos de radioterapia, com ou sem cirurgia ou qui-

mioterapia, em todos os estágios. Já a quimioterapia isolada aumentou em 22,6% em média para todos os estágios.

A análise é de que houve lacunas no tratamento, que foram causadas pelo colapso hospitalar durante a pandemia. E que esse cenário pode ter impacto significativo na saúde das pacientes. As consequências a longo prazo ainda estão sendo determinadas.

PREVENÇÃO: Os pesquisadores reforçam que cerca de 99% dos casos de câncer de colo de útero ocorrem por infecções persistentes do HPV. Portanto, a prevenção deve ser feita por meio da vacinação contra o vírus; exa-

mes de rotina, para o rastreio da infecção e de suas lesões; e tratamento das lesões pré-cancerígenas.

Na rede pública, a vacina quadrivalente está disponível para meninos e meninas entre 9 e 14 anos. E, para pessoas de 9 a 45 anos, nestas condições: diagnosticados com HIV/Aids; em tratamento de quimioterapia e/ou radioterapia; transplantados de órgãos sólidos ou de medula óssea; vítimas de abuso sexual; diagnosticados com imunodeficiência primária ou erro inato da imunidade; em uso de profilaxia pré-exposição contra o HIV (PrEP) entre 15 e 45 anos. Já

na rede privada, a vacina nonavalente está disponível para pessoas entre 9 e 45 anos.

“O ônus econômico e social do câncer de colo de útero no Brasil é significativo. Este estudo reitera o apelo urgente por políticas públicas assertivas para mitigar as disparidades, ampliando a cobertura da imunização anti-HPV e do rastreamento. Com a detecção precoce, a demanda por cuidados paliativos diminuirá e permitirá a otimização da alocação de recursos para oferecer aos pacientes brasileiros o melhor tratamento oncológico”, diz um dos trechos do estudo.

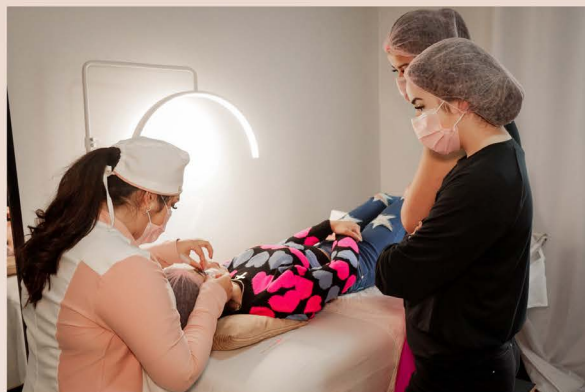
+R\$ 3 mil por mês!

Faça da Beleza sua Carreira Lucrativa

CURSOS INTENSIVOS

1 DIA

- EXTENSÃO DE CÍLIOS
- HYDRA GLOSS LIPS
- DESIGN DE SOBRANCELHAS



PIETRA OLIVEIRA
beauty

 **(11) 91707-3239**

Av. Guilherme Alfieri, 146 - (Próximo à Santa Casa)
Parque São Benedito - Santa Isabel - SP

INSS suspende contrato com a Crefisa

DECISÃO ATENDE RECLAMAÇÕES DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) suspendeu, cautelarmente, o contrato com a operadora financeira Crefisa. Anunciada na última quinta-feira (21), a decisão foi motivada por repetidas reclamações de aposentados e pensionistas que recebem seus benefícios previdenciários por intermédio da empresa.

Por ser medida cautelar, a suspensão se aplica aos novos pagamentos de benefícios, medida que o instituto considera “necessária para cessar as irregularidades e salvaguardar o interesse público até a conclusão definitiva dos processos de apuração”.

Segundo o INSS, entre as queixas mais frequentemente apresentadas à Ouvidoria do próprio instituto, na plataforma Fala.BR, a Procons e até mesmo à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), há indícios de que a Crefisa não só dificulta ou impede o saque integral dos valores recebidos, como a coação para a abertura de contas e a venda casada de produtos.

Em nota, o instituto também aponta indícios da falta de estrutura adequada nas agências da Crefisa, manifesta por filas extensas de clientes, falta de caixas eletrônicos e inadequação do espaço físico. Entre as “ir-

regularidades” citadas pelo instituto também constam a dificuldade dos beneficiários nos processos de portabilidade e a falta de informações claras.

“O INSS não compactua com práticas que acarretam prejuízos ou desconfortos aos beneficiários, especialmente àqueles em situação de vulnerabilidade social”, afirma o instituto. “A transparência e a segurança no atendimento são princípios irrenunciáveis na relação com os segurados. O Instituto reitera seu compromisso de fiscalizar e exigir que todas as instituições bancárias parceiras prestem serviço com a quali-

dade e o respeito que aposentados, pensionistas e demais beneficiários merecem.”

MODERNIZAÇÃO: Consultada, a Crefisa respondeu ter sido surpreendida pela decisão que não foi previa e formalmente comunicada. A operadora afirma que não praticou qualquer irregularidade e que cumpre integralmente as cláusulas do contrato de prestação de serviços assinado com o INSS.

“Desde que iniciada a prestação dos serviços [em 2020], o Banco Crefisa já investiu mais de R\$ 1 bilhão de reais em tecnologia e na ampliação e modernização de seus Postos de Atendimento, cumprindo os con-

tratos estabelecidos e atendendo a todos os requisitos impostos pelo INSS”, assegurou a operadora, revelando que atende a mais de 1 milhão de aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência Social [RGPS].

“Nenhum contrato é celebrado sem autorização dos clientes. Há um processo claro de contratação e todos os contratos são assinados. Não há coação para abertura de conta-corrente, nem venda casada de produtos, e a prova disso é que menos de 5% dos mais de 1 milhão de beneficiários atendidos abriram conta-corrente na instituição” sustenta o banco, garantindo que

a estrutura dos espaços físicos é adequada e há caixas eletrônicos em todos os postos de atendimento para realização de saques.

“Portanto, não há dificuldades ou impedimento para recebimento dos benefícios, assim como não há atrasos, recusas de pagamento e limitação para saque”, reiterou a instituição, revelando que um novo sistema de triagem e emissão de senhas, “mais moderno e com novas funcionalidades”, está em fase de implantação para aprimorar o gerenciamento do atendimento de clientes em todos os postos bancários.

“Por fim, é importante esclarecer que nenhuma empresa, independentemente do seu porte, segmento de atuação ou excelência nos serviços prestados está imune a receber reclamações de seus clientes. A métrica adequada para avaliar a qualidade dos serviços é a taxa proporcional de reclamações, ou seja, o número de queixas em relação ao total de clientes ou de operações realizadas, que permite uma análise justa e equilibrada. Em relação ao Banco Crefisa, a taxa proporcional de reclamações é extremamente baixa, de menos de 1%”, ponderou a Crefisa.



Mais famílias vivem de aluguel e número de casas próprias cai

APONTA IBGE

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), divulgada nesta sexta-feira (22) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que, entre 2016 e 2024, aumentou significativamente o número de brasileiros que vivem em imóveis alugados. No período, a fatia de domicílios nessa condição cresceu 25%. Ao mesmo tempo, caiu a proporção de famílias com casa própria já quitada.

Em 2016, o país registrava 66,7 milhões de domicílios, dos quais 18,4% eram alugados. Oito anos depois, em 2024, o total de residências subiu para 77,3 milhões, e 23% delas — o equivalente a 7,8 milhões de lares — estavam sob contrato de aluguel. Em números absolutos, o contingente de moradores nessa situação saltou de 35 milhões para 46,5 milhões.

Por outro lado, os lares com imóvel próprio já pago caíram de 66,8% para 61,6%. Hoje, cerca de 47,7 milhões de residências se enquadram nessa categoria, abrigando 132,8 milhões de brasileiros.

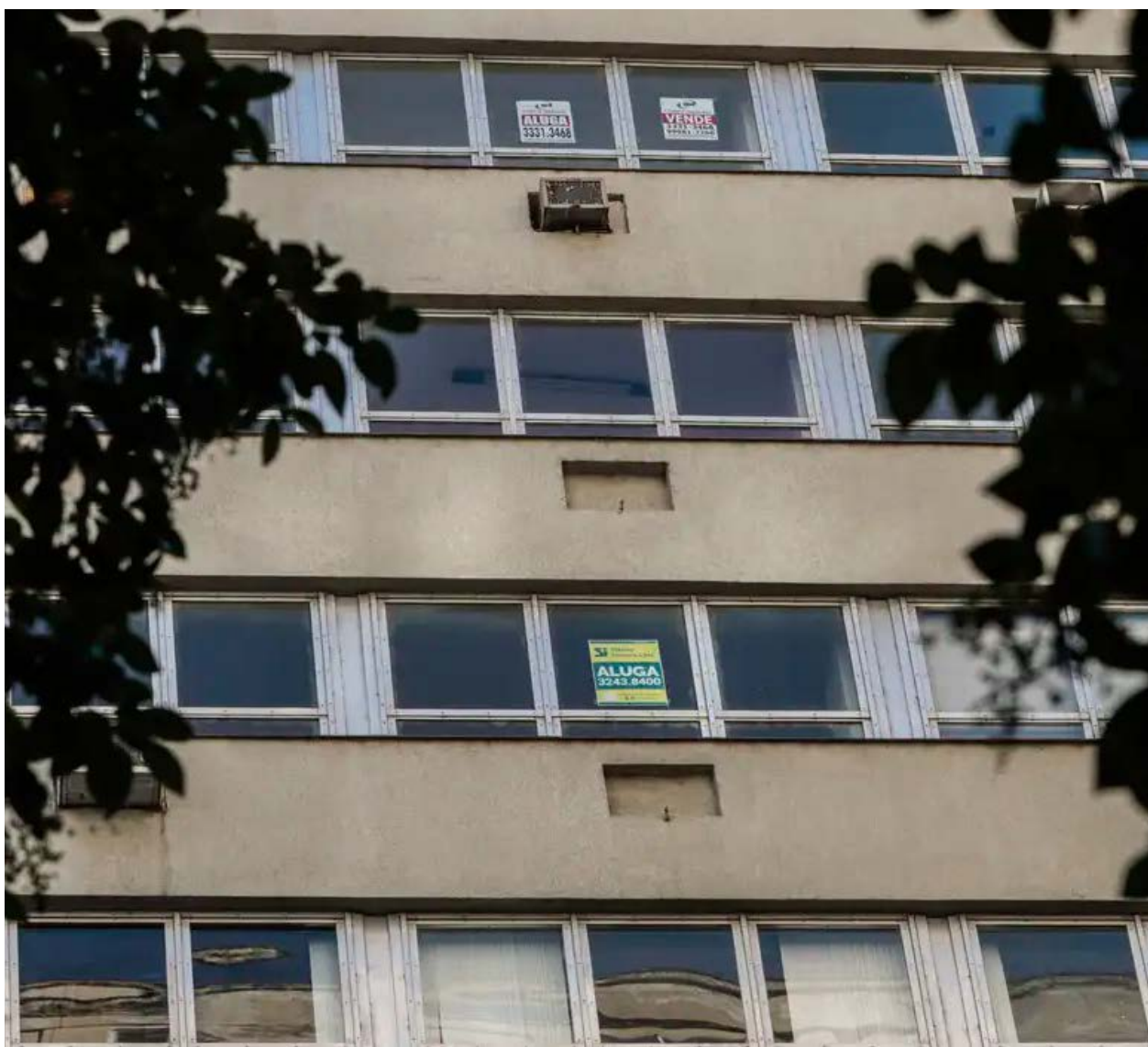
Para o analista do

IBGE William Kratochwill, o avanço da moradia por aluguel indica concentração da posse de imóveis em menos mãos.

“É uma concentração da posse de domicílios para um grupo menor”, afirma. Segundo ele, essa dinâmica está ligada a fatores históricos e sociais. “Se não se criam oportunidades para a população adquirir o seu imóvel, e a pessoa continua querendo ter sua independência, ela precisa recorrer ao aluguel.”

Apesar do aumento do aluguel, Kratochwill pondera que dados recentes do próprio IBGE apontam melhora no rendimento dos brasileiros, o que pode abrir caminho para maior acesso à casa própria no futuro.

Outro dado levantado pela pesquisa mostra a mudança no perfil das construções. Em 2016, os apartamentos representavam 13,7% do total de domicílios. Oito anos depois, em 2024, essa participação subiu para 15,3%, um crescimento de quase 2 pontos percentuais. Já as casas, embora ainda predominem, perderam espaço, caindo de 86,1% para 84,5%.



Segundo o IBGE, o aumento dos apartamentos reflete a urbanização crescente, a busca por proximidade dos centros de trabalho e serviços, e também fatores como segurança. “Os condomínios buscam oferecer infraestrutura de lazer e mais proteção, o que atrai os moradores”, explica Kratochwill.

SOZINHOS: A pesquisa também destaca o crescimen-

to expressivo dos lares unipessoais. Em 2012, 12,2% dos domicílios tinham apenas um morador. Em 2024, a proporção saltou para 18,6%, ou 14,4 milhões de residências. O aumento é de 52% em 12 anos.

Boa parte desse avanço está relacionada ao envelhecimento da população. Hoje, 40% das casas ocupadas por apenas uma pessoa têm moradores com 60 anos ou mais. Além

disso, fatores como migração para o trabalho e separações contribuem para a expansão desse perfil de domicílio.

Entre os que vivem sozinhos, 55,1% são homens, em sua maioria com idades entre 30 e 59 anos. Já entre as mulheres, predominam as idosas acima de 60 anos, muitas delas viúvas.

O levantamento também confirmou que o Brasil tinha 211,9 milhões de habi-

tantes em 2024. Quase metade (42%) da população vivia no Sudeste, sendo São Paulo o estado mais populoso, com quase 46 milhões de moradores, 22% do total nacional.

A pesquisa mostrou ainda que as mulheres seguem maioria (51,2%), e que os pardos superaram os brancos no perfil racial da população: 46,1% se declararam pardos, 42,1% brancos e 10,7% pretos.



**PEÇAS CERTAS
PARA NÃO DEIXAR
O BRUTO PARADO!**



(11) 97601-8128

(11) 4952-3200



@gbtruck

www.gbtruck.com.br

**FALE
CONOSCO!**



**VENHA VISITAR
NOSSA SEDE
PRÓPRIA!**

**Rua José Bonifácio, 56
Jardim Monte Serrat
Santa Isabel - SP**